

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras de Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com o Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 15 de março de 2019.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO	2018		2017		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018		2017	
Circulante	3.085.077	2.419.468	3.085.077	2.419.468	Circulante	1.651.331	1.333.286	1.651.331	1.333.286
Disponibilidades	37.107	43.301	37.107	43.301	Depósitos	-	71.373	-	71.373
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	431.585	151.240	431.585	151.240	Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	-	71.373	-	71.373
Aplicações em depósitos interfinanceiros	431.585	151.240	431.585	151.240	Recursos de aceites e emissão de títulos	92.979	10.454	92.979	10.454
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	195.908	108.191	195.908	108.191	Recursos de aceites cambiais (Nota 11)	92.979	10.454	92.979	10.454
Carteira própria	195.908	108.191	195.908	108.191	Outras obrigações	1.558.352	1.251.459	1.558.352	1.251.459
Operações de crédito – setor privado (Nota 7 (a))	763.985	802.762	763.985	802.762	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	996	696	996	696
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 7 (c) e 8)	(477.148)	(518.515)	(477.148)	(518.515)	Sociais e estatutárias (Nota 14)	10.544	17.363	10.544	17.363
Outros créditos	1.649.963	1.310.739	1.649.963	1.310.739	Fiscais e previdenciárias (Nota 12)	24.336	27.610	24.336	27.610
Títulos e créditos a receber (Notas 7 (a) e 9)	1.433.588	1.100.548	1.433.588	1.100.548	Diversas (Nota 13)	1.522.476	1.205.790	1.522.476	1.205.790
Diversos (Nota 9)	224.417	218.058	224.417	218.058	Exigível a longo prazo	1.161.668	785.233	1.161.668	785.233
Provisão para perdas	-	(1.361)	-	(1.361)	Recursos de aceites e emissão de títulos	741.396	380.286	741.396	380.286
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Notas 7 (c), 8 e 9)	(8.042)	(6.506)	(8.042)	(6.506)	Recursos de aceites cambiais (Nota 11)	741.396	380.286	741.396	380.286
Outros valores e bens	6.529	3.235	6.529	3.235	Outras obrigações	420.272	404.947	420.272	404.947
Despesas antecipadas	6.529	3.235	6.529	3.235	Fiscais e previdenciárias (Notas 12 e 22)	420.272	404.947	420.272	404.947
Realizável a longo prazo	238.506	190.739	238.506	190.739	Patrimônio líquido (Nota 14)	580.701	561.704	580.701	561.704
Operações de crédito	18.002	18.330	18.002	18.330	Capital social	-	-	-	-
Operações de crédito – setor privado (Nota 7 (a))	18.184	18.330	18.184	18.330	De domiciliados no País	298.000	298.000	298.000	298.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 7 (c) e 8)	(182)	(183)	(182)	(183)	Reserva de lucros	282.701	263.704	282.701	263.704
Outros créditos	220.504	172.592	220.504	172.592	Total do passivo e do patrimônio líquido	3.393.700	2.680.223	3.393.700	2.680.223
Diversos (Nota 9)	220.504	172.592	220.504	172.592					
Permanente	70.117	70.016	70.117	70.016					
Investimentos	1.510	1.510	1.510	1.510					
Outros	1.510	1.510	1.510	1.510					
Imobilizado de uso (Nota 10 (b))	17.814	41.027	17.814	41.027					
Imobilizações em curso	17.577	40.672	17.577	40.672					
Instalações, móveis e equipamentos em uso	216	319	216	319					
Outros	21	36	21	36					
Intangível	50.793	27.479	50.793	27.479					
Gastos com aquisição e desenvolvimento (Nota 10 (c))	72.899	34.963	72.899	34.963					
(-) Amortização acumulada	(22.106)	(7.484)	(22.106)	(7.484)					
Total do ativo	3.393.700	2.680.223	3.393.700	2.680.223					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Legal	Estatutárias	Lucros acumulados		
Em 31 de dezembro de 2016	298.000	59.600	232.362	-	-	589.962
Complemento de dividendos – R\$ 0,17 por ação conforme AGO de 28 de abril de 2017 (Nota 14)	-	-	(50.348)	-	-	(50.348)
Complemento de dividendos – R\$ 0,10 por ação conforme AGE de 28 de setembro de 2017 (Nota 14)	-	-	(30.000)	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	69.453	69.453	69.453
Destinação:						
Dividendos provisionados – R\$ 0,06 por ação	-	-	-	(17.363)	(17.363)	(17.363)
Reserva estatutária (Nota 14)	-	-	52.090	(52.090)	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	298.000	59.600	204.104	-	-	561.704
Retenção de dividendos – R\$ 0,06 por ação conforme AGO de 30 de abril de 2018 (Nota 14)	-	-	-	17.363	17.363	17.363
Dividendos – R\$ 0,10 por ação conforme aprovação ARD de 26 de setembro de 2018 (Nota 14)	-	-	-	(30.000)	(30.000)	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	42.178	42.178	42.178
Destinação:						
Dividendos provisionados – R\$ 0,04 por ação	-	-	-	(10.544)	(10.544)	(10.544)
Reserva estatutária (Nota 14)	-	-	31.634	(31.634)	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	298.000	59.600	223.101	-	-	580.701
Em 30 de junho de 2018	298.000	59.600	204.104	1.040	562.744	562.744
Lucro líquido do semestre	-	-	-	40.792	40.792	40.792
Retenção de dividendos – R\$ 0,06 por ação conforme AGO de 30 de abril de 2018 (Nota 14)	-	-	-	17.363	17.363	17.363
Dividendos – R\$ 0,10 por ação conforme aprovação ARD de 26 de setembro de 2018 (Nota 14)	-	-	-	(30.000)	(30.000)	(30.000)
Destinação:						
Dividendos propostos – R\$ 0,02 por ação	-	-	-	(10.198)	(10.198)	(10.198)
Reserva estatutária (Nota 14)	-	-	31.634	(31.634)	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	298.000	59.600	223.101	-	-	580.701

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional	As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BCB"), em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.	Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares. Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BCB"), em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.	(i) Imposto de renda e contribuição social correntes A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro.
3. Principais práticas contábeis	(a) Apuração do resultado As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério <i>pro rata</i> dia para as de natureza financeira.	(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional, que determinam que a Financiadora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:
(b) Caixa e equivalentes de caixa	São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela Financiadora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.	(k) Captações em depósitos interfinanceiros As captações em depósitos interfinanceiros são registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.
(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez	As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.	(l) Outros ativos e outros passivos Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base <i>pro rata</i> dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base <i>pro rata</i> dia).
(d) Títulos e valores mobiliários	Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação".	(m) Provisão para recuperação de ativos - (impairment) O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.
(e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa	As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).	(n) Outros ativos e outros passivos Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base <i>pro rata</i> dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base <i>pro rata</i> dia).
(f) Investimentos	Os investimentos em controlada e empresa ligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.	(o) Vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:
(g) Imobilizado	São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.	
(h) Intangível	As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.	
	Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:	
	• É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;	
	• A Administração pretende concluir o software e usá-lo;	
	• Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;	
	• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o software;	
	• Os gastos atribuíveis ao software durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2º Semestre		Exercícios	
	2018	2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira	605.798	1.150.936	1.468.268	1.468.268
Operações de crédito (Nota 15)	592.246	1.129.174	1.443.865	1.443.865
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 4 e 5)	13.427	21.587	24.374	24.374
Resultado de operações cambiais	125	175	29	29
Despesas da intermediação financeira	(428.218)	(894.490)	(808.386)	(808.386)
Captações no mercado (Nota 11)	(23.055)	(41.541)	(50.171)	(50.171)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (c))	(405.163)	(852.949)	(758.215)	(758.215)
Resultado bruto da intermediação financeira	177.580	256.446	659.882	659.882
Outras receitas (despesas) operacionais	(106.159)	(177.900)	(527.602)	(527.602)
Receitas de prestação de serviços (Nota 16)	126.162	222.658	186.017	186.017
Despesas de pessoal	(14.170)	(24.576)	(106.891)	(106.891)
Despesas tributárias	(39.377)	(74.443)	(87.837)	(87.837)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(111.721)	(184.587)	(191.547)	(191.547)
Outras receitas operacionais (Nota 19)	38.616	71.445	74.165	74.165
Outras despesas operacionais (Nota 18)	(105.669)	(188.397)	(401.509)	(401.509)
Resultado operacional	71.421	78.546	132.280	132.280
Resultado não operacional	330	308	128	128
Resultado antes da tributação sobre o lucro	71.751	78.854	132.408	132.408
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	(30.959)	(35.945)	(62.407)	(62.407)
Provisão para imposto de renda	(8.959)	(8.959)	(11.522)	(11.522)
Provisão para contribuição social	(7.193)	(7.193)	(9.422)	(9.422)
Ativo fiscal diferido	(14.807)	(19.793)	(41.463)	(41.463)
Participações de empregados no resultado	-	(731)	(548)	(548)
Lucro líquido do semestre / exercícios	40.792	42.178	69.453	69.453
Quantidade de ações	298.000	298.000	298.000	298.000
Lucro líquido por ação - em R\$	0,14	0,14	0,23	0,23

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2º Semestre		Exercícios	
	2018	2018	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	490.251	956.266	926.572	926.572
Resultado ajustado do semestre / exercícios	490.251	956.266	926.572	926.572
Resultado antes da tributação do semestre / exercícios	71.751	78.854	132.408	132.408
Ajustes:	418.500	877.412	794.164	794.164
Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	405.163	852.949	758.215	758.215
Depreciação e amortização	7.687	14.622	6.017	6.017
Provisão para contingências	7.626	15.325	24.631	24.631
Outras provisões / reversões	(1.976)	(5.484)	5.301	5.301
Variação de ativos e passivos (Aumento) / redução em títulos e valores mobiliários (ativos / passivos)	(18.135)	(87.717)	97.055	97.055
(Aumento) em operações de créditos (Redução) provisão de operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa	(460.385)	(892.781)	(678.905)	(678.905)
(Aumento) em outros créditos	(63.632)	(86.511)	(14.238)	(14.238)
(Aumento				

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A.

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
(...continuação)				
(d) Por setor de atividade:				
	2018		2017	
Pessoa física	2.692.905		2.440.155	
(e) Cessão sem coobrigação de crédito baixado como prejuízo				
No segundo semestre de 2018, a Financiadora efetuou operação de cessão sem coobrigação de crédito baixado como sociedade não ligada, gerando uma receita líquida de R\$ 51.521, sendo registrada na rubrica Receitas com Operações de Crédito.				
8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi movimentada pelos seguintes eventos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:				
	2º Semestre		Exercícios	
	2018	2018	2017	2017
Saldo inicial	540.594	525.204	445.894	
Complemento	405.163	852.949	758.215	
Baixas contra a provisão	(460.385)	(892.781)	(678.905)	
Saldo final	485.372	485.372	525.204	
A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H".				
No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão (Nota 15) no montante de R\$ 348.434 (2017 - R\$ 520.050).				
O indicador "over 90" (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) dos clientes da carteira de cartão bandeado decresceu 8,9 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior, evidenciando a melhoria na performance da carteira. Em 31 de dezembro de 2018 e de 12,3% (2017 - 21,2%).				
9. Outros créditos				
	2018		2017	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Valores a receber da Controladora (Nota 21)	72.108	-	43.634	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.028	45.460	62.190	-
Créditos tributários de impostos e contribuições	48.245	171.193	74.793	164.438
Incentivos fiscais, líquido de provisão	-	-	23	-
Titulos e créditos a receber (*) (Nota 7)	1.433.588	-	1.100.548	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (*)	(8.042)	-	(6.506)	-
Outros	97.036	3.851	36.057	8.154
	1.649.963	220.504	1.310.739	172.592
(*) Operações com cartões de crédito <i>private label</i> e bandeado.				
Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis.				
No exercício findo em 31 de dezembro, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:				
	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
Imposto de renda	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	39.531	-	(14.019)	25.512
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	101.237	3.831	-	105.068
Outras	3.557	-	(339)	3.218
	144.325	3.831	(14.358)	133.798
Contribuição social	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	31.625	-	(11.216)	20.409
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	60.742	2.299	-	63.041
Outras	2.539	-	(349)	2.190
	94.906	2.299	(11.565)	85.640
	239.231	6.130	(25.923)	219.438
2017	280.694	9.854	(51.317)	239.231
Com base no atual nível de capitalização e nas operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2018 tenham a sua realização futura da seguinte forma:				
Expectativa de realização				
	2019		Realização 2020 a 2023	
				Total
Créditos tributários do imposto de renda	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	25.512	-	-	25.512
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	-	105.068	-	105.068
Outras	1.290	1.928	-	3.218
Total	26.802	106.996	-	133.798
Valor presente	24.868	73.566	-	98.434
Créditos tributários de contribuição social	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	20.409	-	-	20.409
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	-	63.041	-	63.041
Outras	1.033	1.157	-	2.190
Total	21.442	64.198	-	85.640
Valor presente	19.895	44.140	-	64.035
Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 7,78% ao ano, referida ao custo médio de captação da Financiadora.				
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.				
10. Permanente				
(a) Participações em controlada e coligada				
Em 3 de julho de 2017, a Diretoria aprovou a transferência de 78.514 (setenta e oito mil, quinhentas e quatorze) ações preferenciais classe "A" da sociedade Hotel Jatuca S.A. de que é proprietária, com todos os direitos e as obrigações constantes no Estatuto, para Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas, no montante de R\$ 78.				
(b) Imobilizado				
Representados por instalações, móveis e equipamentos de uso e em curso, no montante de R\$ 17.814 (2017 - R\$ 41.027).				
(c) Intangível				
Representado por softwares em andamento no montante de R\$ 50.793 (2017 - R\$ 27.479).				
11. Depósitos interfinanceiros e recursos de aceites cambiais				
	2018		2017	
Captações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-
Vencimento entre 30 dias e 180 dias	-	-	71.373	-
	-	-	71.373	-
Captações em recursos de aceites cambiais	-	-	-	-
Vencimento até 365 dias	92.979	-	10.454	-
Vencimento acima de 365 dias	741.396	-	380.286	-
	834.375	-	390.740	-
O resultado com depósitos interfinanceiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2.098 (2017 - R\$ 35.068), à taxa média de 119,39% a.a. (2017 - 118,87% a.a.) do CDI.				
Recursos de aceites cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto a terceiros. O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 38.754 (2017 - R\$ 14.845), 119,51% a.a. do CDI e com prazo médio de 2,4 anos (2017 - 118,00% do CDI e prazo médio de 2,7 anos).				
12. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias				
	2018		2017	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Imposto de renda	8.856	-	11.522	-
Contribuição social	7.104	-	9.422	-
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	-	420.272	-	404.947
Outras	8.376	-	6.666	-
	24.336	420.272	27.610	404.947
13. Outras obrigações - diversas				
	2018		2017	
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 21)	553.002	-	663.423	-
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (*)	942.970	-	492.850	-
Outras	26.504	-	49.517	-
	1.522.476	-	1.205.790	-
(*) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiados.				
14. Patrimônio líquido				
Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 298.000.000 (2017 - 298.000.000) ações ordinárias no valor de um real cada.				
Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.				
A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017 aprovou a distribuição do lucro líquido do exercício de 2016, da seguinte forma:				
• Distribuição de dividendos: R\$ 80.000 (dos quais R\$ 29.652, referem-se a dividendos obrigatórios e R\$ 50.348 de dividendos adicionais);				
• Manutenção da parcela para Reserva Estatutária: R\$ 38.608 (2016 - R\$ 84.264).				
A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2017, aprovou a distribuição de dividendos complementares contra reservas estatutárias, no montante de R\$ 30.000.				
A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2018, aprovou a retenção do lucro líquido do exercício de 2017, da seguinte forma:				
• Manutenção para reserva estatutária: R\$ 69.453 (2017 - R\$ 38.608).				
Em reunião da Diretoria realizada em 26 de setembro de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos contra reservas estatutárias no montante de R\$ 30.000.				
Em 31 de dezembro de 2018, foram provisionados dividendos, conforme demonstrado abaixo:				
	2018		2017	
Lucro líquido do exercício	42.178	-	69.453	-
Dividendos - 25% da base	10.544	-	17.363	-
Reserva de lucros - Estatutária: Poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos.	-	-	-	-
Reserva de lucros - Legal: A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.	-	-	-	-
O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.	-	-	-	-
15. Receitas de operações de crédito				
	2º Semestre		Exercícios	
	2018	2018	2017	2017
Crédito pessoal	394.295	776.263	723.804	
Crédito direto ao consumidor	1.966	4.477	200.011	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 8)	195.985	348.434	520.050	
	592.246	1.129.174	1.443.865	

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO Diretor-Presidente	MARCELLO MIRANDA Diretor de Produtos	EDUARDO CIDADE DA SILVA Diretor Jurídico	WALTER HIRATA OUCHI Diretor de Crédito e Cobrança	JOÃO MARCELO COSTA Diretor de Tecnologia	ABENER BÓA Diretor Contábil / Contador CRC 15P095415/O-4
---	--	--	---	--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da
Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2019.

KPMG
Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 15P153569/O-0